



-----**Mandato 2013/2017** -----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

-----**Ata Número Cinquenta e Quatro**-----

---Aos onze dias de Julho de dois mil e dezasseis reuniu na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Às doze horas e doze minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação de Atas – Ata n.º 50, de 02.05.2016 (Doc. 1) -----
2. Preparação da 114ª reunião da AML, em 12.07.2016 (Doc. 2) -----
3. Lista de matérias e propostas pendentes (Doc. 3) -----
4. Debate temático “A Habitação em Lisboa” – Ajustamento do Calendário (Doc. 4)-
5. Modo de Votação da Proposta 4/PAM/2016 (alteração ao Regimento) -----
6. Outros Assuntos-----

Ponto 1: Aprovação de Atas – Ata n.º 50, de 02.05.2016 (Doc. 1) -----

---**A Presidente** deu início à apreciação do ponto um da ordem de trabalhos, submetendo o *draft* da ata n.º 50 à consideração e votação da Conferência, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, sem a votação do Senhor Representante do BE, uma vez que não esteve presente na referida reunião.-----

Ponto 2: Preparação da 114ª reunião da AML, em 12.07.2016 (Doc. 2) -----

---**A Presidente** lembrou que a Sessão do dia seguinte era dedicada às perguntas à Câmara e que tinham ainda três propostas agendadas.-----

---Acrescentou que a 6ª Comissão entregaria o parecer das Propostas n.º 257/CM/2016 e 258/CM/2016, sobre o Fundo de Emergência Social e a Alteração às Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social, depois da reunião do presente dia.-----

---Prosseguiu referindo-se à proposta n.º 328/CM/2016 e explicou que se tratava de um direito de preferência e tinha prazos para cumprir.-----

---De seguida informou que tinha tido algumas dificuldades na composição para o Debate sobre a Habitação e que por esse motivo iria adiar o mesmo para setembro.-----

---Lembrou que o Debate era composto por três sessões, e que para a primeira Sessão estava previsto terem como oradores convidados o Professor Dr. João Ferrão que apenas teria disponibilidade em setembro, a Professora Dra. Margarida Acciaiuoli cujos contactos



não tinha e solicitava a alguém do CDS que lhe arranjassem o número de telefone, o Arquitecto Tiago Mota Saraiva, que era o único que tinha disponibilidade e finalmente o Arquitecto Vitor Reis, Presidente do IRU que recusou o convite explicando que evita participar em debates por equilíbrio entre a tutela e o IRU, e uma vez que tinha sido nomeado ao longo dos diferentes Governos, e que a política que tinha defendido era do anterior governo que não era exactamente a mesma do governo actual, não querendo criar situações desconfortáveis-----

---Continuou sugerindo que, e uma vez que era Coordenadora do Grupo de Trabalho da Habitação na Assembleia da República, caso tivessem dificuldades em compor a mesa para a primeira sessão, ser ela própria, nessa qualidade, a apresentar um pouco o que era a política da habitação do actual governo.-----

---Finalmente lembrou que a segunda sessão era uma sessão mais de prós e contras e a terceira sessão sobre o direito à Habitação, uma sessão mais institucional na qual iria estar com a Senhora Vereadora e o Senhor Secretário de Estado.-----

---**O Deputado Carlos Silva Santos** lembrou que estava também para ser agendado o Debate sobre Economia na Cidade e no Trabalho e que a deliberação para a realização deste debate era anterior ao debate da Habitação, pelo que solicitava à Sra. Presidente que esse se realizasse primeiro.-----

---**A Presidente** declarou que tinha colocado a realização do Debate para dia 29 de Setembro que era a última quinta-feira do mês, mas era apenas indicativo e poderiam fazer um debate às segundas-feiras e o outro às quintas-feiras.-----

Ponto 3: Lista de matérias e propostas pendentes (Doc. 3) -----

---**A Presidente** esclareceu que a Petição n.º10/2015 tinha sido enviada para a Procuradoria-Geral da República, e que até à data não tinham tido resposta, assim considerava que se deveria informar os peticionários desta situação e na sua opinião encerrava-se o assunto, uma vez que não podiam fazer mais nada para além do que já tinha sido feito, até porque o processo se encontrava suspenso que era o que os peticionários pretendiam.-----

---**A Conferência** concordou com a posição da Senhora Presidente, pelo que ficou decidido que iriam informar os peticionários dessa mesma decisão.-----

---**A Presidente** perguntou se tinham alguma informação sobre a Petição 5/2016 referente à demolição da Fábrica Amadeu Gaudêncio.-----

---**A Deputada Margarida Saavedra** informou que já tinham ouvido os Peticionários em sede de Comissão e que faltava ainda solicitar um parecer da Direcção-Geral de Saúde, para saberem se ainda haviam consequências para qualidade no ar mesmo após a demolição e a retirada do edifício e ainda não tinham tido resposta sobre essa matéria.-----



---**A Presidente** explicou que este tipo de pedidos deveria passar por ela e que não tinha conhecimento, para poderem controlar as respostas, assim pedia que a Senhora Presidente em exercício da 3ª Comissão lhe enviasse esse documento para poder tomar as providências necessárias.-----

---Lembrou que esta petição não tinha as 250 assinaturas necessárias para ser agendada em plenário, a menos que a Comissão entendesse que devia fazer uma recomendação sobre esta matéria.-----

---De seguida, declarou que a Petição n.º 6/2016, sobre o fim dos despejos de famílias em situações de carência económica, seria adiada para Setembro, e que considerava interessante que quando a 3ª Comissão reunisse sobre esta matéria que fosse uma reunião conjunta com o Grupo de Trabalho de Habitação.-----

---Sobe a Petição n.º 9/2016 disse que os peticionários pediam para agendar a mesma, mas que esta não estava devidamente formalizada e que por isso não podia ser agendada, já tinham tentado entrar em contacto com os peticionários mas que os mesmos não respondiam.-----

---Já a Petição n.º 11/2016 também não tinha as assinaturas necessárias, e a Petição 12/2016 era nova e tinha baixado à 2ª e 4ª Comissões.-----

---Em relação à proposta n.º 799/CM/2016, sobre o Regulamento Municipal do Arvoredos, já tinha os pareceres da ANAFRE e do Departamento Jurídico da Câmara, mas eram controversos, de qualquer maneira iria agendar a proposta para ser votada na generalidade e só depois na especialidade, caso fosse aprovada na generalidade.-----

----**O Deputado Vasco Santos** afirmou que no seu entendimento não fazia sentido estar a votar a proposta na generalidade caso se verificasse que a Câmara não era competente nesta matéria.-----

---**A Presidente** disse que essa era a questão de fundo mas que não tinham pronúncia de momento sobre essa questão, tinham pareceres contraditórios, portanto ou tomavam uma decisão política ou faziam nova diligência e era sobre isso que os estava a questionar.-----

----**A Deputada Cláudia Madeira** partilhou a sua preocupação uma vez que depois de estarem tanto tempo à espera de dois pareceres, agora que tinham chegado, encontravam-se no mesmo ponto, existindo posições divergentes, os pareceres também não tinha ajudado a esclarecer as dúvidas.-----

----**A Deputada Ana Gaspar** declarou que dado o impasse só lhes restava a decisão política sobre a matéria.-----

----**O Deputado José Leitão** afirmou que as Juntas de Freguesia já tinham conhecimento deste projecto e que também já tinham sido consultadas.-----



---**A Deputada Margarida Saavedra** declarou que não lhe parecia normal Lisboa ter 24 Regulamentos diferentes, deveria ter apenas um Regulamento Municipal que eventualmente fosse ajustado às necessidades de cada freguesia.-----

---**A Presidente** sugeriu que se fizesse uma Recomendação à Câmara na qual se colocaria uma norma no Regulamento Municipal que permitisse a adaptação do regulamento à realidade de cada Junta de Freguesia, consoante a especificidade de cada Freguesia e quando justificada.-----

---Acrescentou que iria falar com a Presidente da 4ª Comissão para fazerem a Recomendação.-----

---Concluiu que a 19 de Julho faziam a discussão do Regulamento do Estacionamento e a 26 de Julho fariam a discussão na generalidade do Regulamento do Arvoredo.-----

---**O Deputado Carlos Silva Santos** informou que o parecer do Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos também já estava pronto.-----

---**A Presidente** ainda sobre as matérias pendentes disse que gostaria ainda de agendar os relatórios das CPCJs, embora não tivessem nenhuma deliberação para tomar, estes relatórios já estavam há demasiado tempo na Assembleia, e gostaria de os poder agendar antes das férias.-----

---Continuou, lembrando que também ainda não tinham marcado a reunião conjunta entre a 6ª Comissão e a Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana na qual convidariam a Senhora Presidente da ARSLVT para explicar o que se passava com a rede hospitalar, de preferência ainda antes das férias.-----

Ponto 5: Modo de votação da Proposta 4/PAM/2016 (Alteração do Regimento) ---

---**A Presidente** explicou que na proposta de alteração ao Regimento existiram várias propostas de especialidade apresentadas por alguns Grupos Municipais que não tinham tido o consenso de todos, mas que tinham o direito de serem votadas, ora como as alterações ao Regimento exigiam uma maioria qualificada tinham que fazer uma votação nominal, como tinham muitas alterações sugeriu que votassem as alterações normalmente e que votassem nominalmente apenas o texto consolidado.-----

---**A Conferência** concordou com a sugestão da Senhora Presidente.-----

Ponto 6: Outros Assuntos-----

---**A Presidente** informou que a Câmara iria aprovar uma série de propostas de delegação de competências para as freguesias e que em reunião conjunta entre a 1ª e 5ª Comissão tinham chegado à conclusão que não tinham capacidade para analisar essas propostas todas em tão curto espaço de tempo, uma vez que o seu agendamento era urgente, assim sugeriu que se constituísse uma equipa, um *task force* composto por uma jurista que seria a Dra. Cristina Martinho, com a ajuda da Dra. Alexandra, pedir apoio à Dra. Paula Levy para arranjar alguém da contabilidade, e esse grupo fizesse uma verificação apenas



material, se o contrato correspondia ao que estava na proposta, se os valores eram os mesmos, se as minutas diziam o mesmo que a deliberação, para que as comissões já não tivessem que ter esse trabalho.-----

---Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc. 1 – Draft da ata 50ª de 02.05.2016-----

-Doc. 2 – Ordem de Trabalhos da 114ª reunião da AML-----

-Doc. 3 - Lista de matérias e propostas pendentes -----

-Doc. 4 - Debate temático “A Habitação em Lisboa” – Ajustamento do Calendário-----

---Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e treze minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

A Presidente _____

A Segunda Secretária _____